



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO

E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM CRUZEIRO DO SUL/ACRE: DESAFIOS E AVANÇOS

MARIA JACINTA RODRIGUES DE ARAÚJO

ORIENTADOR(A): ALIA MARIA BARRIOS GONZÁLEZ

CRUZEIRO DO SUL/2015



Universidade de Brasília

2

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

MARIA JACINTA RODRIGUES DE ARAÚJO

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM CRUZEIRO DO SUL/ACRE: DESAFIOS E AVANÇOS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Alia Maria Barrios González

CRUZEIRO DO SUL/2015

TERMO DE APROVAÇÃO**MARIA JACINTA RODRIGUES DE ARAÚJO****INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM CRUZEIRO DO
SUL/ACRE: DESAFIOS E AVANÇOS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Dra ALIA MARIA BARRIOS GONZÁLEZ (Orientadora)

Ma. ANA PAULA PERTUSSATI TEPERINO (Examinadora)

MARIA JACINTA RODRIGUES DE ARAÚJO (Cursista)

CRUZEIRO DO SUL/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso a meus familiares, aos meus colegas pela companhia nesta jornada de busca pela profissionalização, e a todos que de alguma forma contribuíram neste processo de formação. E a todos que de alguma forma contribuíram com a minha formação e aprendizado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me abençoado nesta jornada, dando-me capacidade para seguir em frente e a buscar meus ideais e pela oportunidade que ele me deu para eu prosseguir em meus estudos.

Aos meus familiares pelo incentivo para continuar, vencendo os obstáculos que surgiram ao longo deste processo.

Aos professores e orientadores com sua colaboração e incentivo para que pudesse prosseguir em meus estudos, e aos meus colegas de turma, pelo companheirismo e amizades.

RESUMO

O presente estudo ressalta o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva na escola regular. Teve como objetivo central analisar e descrever o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva no ensino regular de Cruzeiro do Sul/Acre, destacando as possíveis coerências, incoerências e contribuições desse processo frente à legislação vigente para a Educação Inclusiva e para o atendimento do aluno com deficiência auditiva. Para isso, foram analisadas as estratégias e procedimentos adotados por uma escola de ensino regular de Cruzeiro do Sul/Acre no processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva, a partir da elaboração discursiva de um grupo de seis professores. A metodologia adotada foi qualitativa com o uso de um questionário aberto que visou identificar as concepções dos professores pesquisados acerca da prática pedagógica utilizada por eles na inclusão de alunos com deficiência auditiva, assim como os desafios encontrados nesse processo de inclusão. Através dos resultados alcançados foi possível identificar o papel do intérprete na aprendizagem do aluno surdo, a relevância da Língua de Sinais e da utilização de recursos e metodologias diversificadas e visuais que contribuem com um melhor desenvolvimento e aprendizagem do deficiente auditivo.

Palavras-Chave: Deficiência auditiva, Inclusão escolar, Língua de sinais

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
1 APRESENTAÇÃO.....	09
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 BASES LEGISLATIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	12
2.2. A Deficiência Auditiva: Especificidades para sua compreensão e atendimento.....	13
2.3 O atendimento do aluno com deficiência auditiva no ensino regular: Legislação e prática.....	17
3. OBJETIVOS.....	21
3.1. OBJETIVO GERAL.....	21
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
4. METODOLOGIA.....	22
4.1. Fundamentação Teórica da Metodologia.....	22
4.2. Contexto da Pesquisa.....	22
4.3. Participantes.....	23
4.4. Materiais	23
4.5. Instrumentos de Construção dos Dados.....	23
4.6. Procedimentos de Construção dos Dados.....	24
4.7. Procedimentos de Análise dos Dados.....	25
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICES.....	34
ANEXOS.....	38
ANEXOS A- Carta de Apresentação.....	38
ANEXO B-Aceite Institucional.....	39
ANEXO C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	40

LISTA TABELAS

Tabela 1: 'Dados dos Participantes da Pesquisa'	24
--	----

1. APRESENTAÇÃO

O presente estudo aborda a inclusão de alunos com deficiência auditiva na escola regular, ressaltando seus desafios e avanços. Tem entre seus objetivos a intenção de possibilitar ao leitor uma maior compreensão sobre como se dá o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva no contexto da educação inclusiva.

O tema foi selecionado em função de sua relevância educativa e social. A inclusão escolar, como nova conjuntura educacional, trás diversos desafios e compromissos para todos os educadores. Alguns de seus desafios têm sido transpostos devagar e com muito esforço, mas existem desafios que precisam de atenção e de estudo científico para sua melhor compreensão.

O trabalho monográfico está dividido em capítulos caracterizados conforme explicitados a seguir. No capítulo da Fundamentação Teórica foram abordadas as bases legislativas da Educação Inclusiva no Brasil, destacando diretrizes operacionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos alunos com necessidades educacionais especiais. Também foram abordadas especificidades sobre a deficiência auditiva, que podem ser importantes para sua compreensão e atendimento. De forma geral, ao longo dos diferentes tópicos da fundamentação teórica foram ressaltadas as características do atendimento do aluno com deficiência auditiva no ensino regular, tanto da perspectiva legislativa quanto da perspectiva prática.

A partir do tema já apresentado, os objetivos do estudo empírico abrangeram a análise e descrição do processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva no ensino regular de Cruzeiro do Sul/Acre, destacando as possíveis coerências, incoerências e contribuições desse processo frente à legislação vigente para a Educação Inclusiva e para o atendimento do aluno com deficiência auditiva. Desse objetivo geral, foram desdobrados objetivos mais específicos para uma compreensão mais detalhada do tema estudado.

Nos últimos capítulos do trabalho foram apresentados e discutidos os resultados da pesquisa de campo, com o intuito de tecer considerações atuais e realistas em relação ao processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva,

assim como apontar possibilidades de melhorias no atendimento desses alunos.

Partindo das questões até aqui expostas, consideramos este estudo de suma importância para nós educadores que pretendemos atuar com a educação inclusiva e pesquisamos o que queremos conhecer sobre o assunto. Vale ressaltar que o estudo deu oportunidade de refletir e discutir a realidade em que se encontram nossos alunos com deficiência auditiva nas escolas de ensino fundamental no município de Cruzeiro do Sul- AC.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Bases Legislativas da Educação Inclusiva no Brasil

Esta pesquisa parte de estudos a respeito das especificidades do processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva, segundo as legislações vigentes no Brasil.

Os documentos legais nacionais deixam claro os compromissos políticos com a educação e, especificamente, com a educação inclusiva. Dentre esses documentos pode-se destacar, em primeiro lugar, a “Constituição Federal de 1988”, que deixa explícito no Artigo 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Uma frase que fez o Brasil se destacar nos últimos anos pelos avanços educativos adquiridos, que têm como fundamentação a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Artigo 206 - I). Essa igualdade abrange a concepção da educação inclusiva. As constatações de transformação no ensino baseadas no modelo de uma educação que atenda as diversidades, teve um progresso considerável, mas não podemos esquecer que temos muito a conquistar.

Para os meios legais, temos também o Artigo 208 - III da Constituição que garante o “Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 - LDB também prevê “serviços especializados, serviços de apoio com professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses discentes nas classes comuns” (Art.58/59).

A partir da resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009, do Ministério da Educação, instituem-se as “Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial”. Ditas diretrizes instituem no seu Art. 4º, para fins operacionais, que se considera como público alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE):

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo

de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009).

Também o artigo 10º- VI desta resolução prevê a organização do Atendimento Educacional Especializado com “profissionais de educação como tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais, guia-intérprete e outros”. Outro importante documento é o decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n° 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a língua brasileira de sinais-LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão.

Todas essas legislações têm como base a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que veio assegurar o direito de todos à educação pública, gratuita. Essas ideias, reforçadas pelo movimento mundial de integração de pessoas com deficiências, defendiam oportunidades educacionais e sociais iguais para todos, contribuindo fortemente para criação dos serviços de educação especial e classes especiais em escolas públicas no Brasil. Surge então, uma política nacional de educação, ancorada na Lei N° 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB), integrando no sistema geral de ensino, a educação de excepcionais, como eram chamadas na época as pessoas com deficiências.

No entanto da educação inclusiva, é necessário considerar que os sistemas e instituições sociais devem se adaptar às necessidades de todas as pessoas e não ao contrário. Para isso, a formação dos professores é fundamental. Uma formação que garanta uma aprendizagem centrada no potencial de cada aluno, de forma que uma incapacidade para andar, ouvir, enxergar, ou um déficit no desenvolvimento não sejam classificados como falta de competência para aprender e nem causa para que os alunos desistam da escolarização. .

Embora a legislação vigente enfatize a necessidade e importância do

atendimento dos alunos com deficiência no contexto do ensino regular, a inclusão precisa de mudanças de valores e atitudes sociais que, na maioria das vezes, criam barreiras para o Atendimento Educacional Especializado. Para amenizar essas barreiras centradas nas atitudes sociais do cotidiano é preciso desfazer a cultura de segregação e desmitificar a ideia de que a deficiência está associada à incapacidade. As experiências de inclusão demonstram que no contexto escolar, as crianças aceitam a diversidade e aprendem a não discriminar. A autora Carvalho (1994) reforça esse pensamento quando acentua que:

“Remover barreiras à aprendizagem é pensar em todos os alunos como seres em processo de crescimento e desenvolvimento, que vivenciam o processo de ensino-aprendizagem e maneiras diversas, sejam por diferenças individuais sejam por seus interesses e motivações.”
(CARVALHO, 1994, p.60)

Alguns estudos afirmam que muitas crianças são incluídas, com sucesso, nas escolas de ensino regular, evidenciando o compromisso da gestão da escola na construção de um projeto pedagógico que contemple as diferenças e a organização de espaços para realização do atendimento educacional especializado.

Também sabemos que as escolas deveriam desenvolver além do currículo formal, um currículo com objetivos funcionais adequados à faixa etária e as necessidades especiais desses alunos. Outra questão importante é a organização e execução de projetos pedagógicos que enfatizam a formação humana, o respeito mútuo, as competências e a promoção de aprendizagem. É necessário contemplar nesses projetos pedagógicos as necessidades educacionais específicas de todos os educandos.

2.2. A Deficiência Auditiva: Especificidades para sua compreensão e atendimento

De acordo com a Secretaria de Educação Especial (2006), o conhecimento sobre as características da surdez permite àqueles que se relacionam ou que pretendem desenvolver algum tipo de trabalho pedagógico com pessoas surdas, a compreensão desse fenômeno, aumentando sua possibilidade de atender às necessidades especiais constatadas. De maneira geral, é necessário conhecer o

tipo de deficiência auditiva, para assim proporcionar um atendimento educacional de forma mais satisfatória aos alunos.

Consistindo a surdez na perda, maior ou menor, da percepção normal dos sons, verifica-se a existência de vários tipos de portadores de deficiência auditiva, de acordo com os diferentes graus da perda da audição. O grau e o tipo da perda de audição, assim como a idade em que esta ocorreu, vão determinar importantes diferenças em relação ao tipo de atendimento que o aluno irá receber.

Redondo e Carvalho (2000 apud ROESER; DOWNS; MARTINEZ, 2000) propõe a seguinte classificação dos limiares de audição:

Audição Normal – 0 a 15 dB
Deficiência auditiva suave – 16 a 25 dB
Deficiência auditiva leve - 26 a 40 dB
Deficiência auditiva moderada- 41 a 55 dB
Deficiência auditiva moderadamente severa - 56 a 70 dB
Deficiência auditiva severa – 71 a 90 dB
Deficiência auditiva profunda – acima de 91 Db (REDONDO, 2000, p. 11).

Do ponto de vista educacional e com base na classificação do Bureau International d'Audiophonologie - BIAP, e na Portaria Interministerial nº 186 de 10/03/78, considera-se:

a) Portador de Surdez Leve:

Aluno que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o aluno perceba igualmente todos os fonemas da palavra. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse aluno é considerado como desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da linguagem, mas poderá ser a causa de algum problema articulatório ou dificuldade na leitura e/ou escrita.

b) Portador de Surdez Moderada:

Aluno que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo, em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse aluno tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, ele identifica as palavras

mais significativas, tendo dificuldade em compreender certos termos de relação e/ou frases gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão para a percepção visual.

c) Portador de Surdez Severa:

Aluno que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área educacional, a criança poderá chegar a adquirir linguagem. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.

b) Portador de Surdez Profunda:

Aluno que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal, que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica, quanto à identificação simbólica da linguagem. Um bebê que nasce surdo balbucia como um de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. Assim também, não adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que, não a percebendo, não se interessa por ela, e não tendo "feedback" auditivo, não possui modelo para dirigir suas emissões.

Segundo Sá (1999, p. 47):

[...] a dificuldade maior dos surdos está exatamente na aquisição de uma linguagem que subsidie seu desenvolvimento cognitivo, os estudos que envolvem a condição de pessoa surda são revestidos de fundamental importância e seriedade, visto que a surdez, analisada exclusivamente do ponto de vista do desenvolvimento físico, não é uma deficiência grave, mas a ausência da linguagem, além de criar dificuldades no relacionamento pessoal, acaba por impedir todo o desenvolvimento psicossocial do indivíduo.

Segundo Redondo e Carvalho (2011), a surdez deve ser diagnosticada o mais cedo possível, pois quanto mais tempo se passa, maiores são as dificuldades de desenvolvimento tanto no campo da linguagem quanto nos níveis social, psíquico e cognitivo. Dessa forma, nota-se a importância de se diagnosticar a surdez para que possam iniciar as intervenções, garantindo um maior desenvolvimento da criança.

Ainda sobre o diagnóstico, Redondo e Carvalho (2011, p.08) ressaltam:

Depois de o médico diagnosticar uma perda auditiva, e identificar o grau dessa perda, ele precisa encaminhar a criança para um tratamento fonoaudiológico integrado, a ser feito pelo fonoaudiólogo, com a equipe que for considerada necessária. Dependendo do caso, o profissional competente indicará o uso de um aparelho auditivo.

De acordo com Redondo e Carvalho (2000, p. 26) “algumas crianças surdas têm possibilidade de adquirir e desenvolver a linguagem oral, utilizando a fala para se comunicar. Enquanto outras apresentam linguagem oral mínima, que deve ser complementada com outras formas de comunicação (escrita e por sinais)”.

Na educação e comunicação da criança surda, há diversos métodos que podem ser utilizados como ressaltam Redondo e Carvalho (2000, p. 26-27):

Há vários métodos para o desenvolvimento da linguagem de deficientes auditivos empregados no Brasil: Método oral unissensorial: usa apenas a pista auditiva. Por meio do aparelho auditivo, integra a audição à personalidade da criança com perda auditiva; não enfatiza a leitura labial, nem utiliza a língua de sinais. Exemplos: método Pollack e método Perdoncini. Método oral multissensorial: usa todos os sentidos: audição com apoio de aparelhos auditivos, visão com apoio da leitura labial, tato etc.; também não utiliza a língua de sinais. Exemplos: método áudio + visual de linguagem. Método de comunicação total: “É uma filosofia, não simplesmente um outro método, cuja premissa básica é utilizar tudo o que seja necessário para o indivíduo com deficiência auditiva como meio de comunicação: oralização, prótese auditiva, gestos naturais, linguagem de sinais, expressão facial, alfabeto digital, leitura labial, leitura da escrita, enfim, tudo aquilo que sirva de meio para ajudar a desenvolver o vocabulário, linguagem e conceito de idéias entre o indivíduo surdo e o outro”. (Marta Ciccone, in Corrêa, p. 22) Bilingüismo: essa abordagem pretende que ambas as línguas – os sinais (LSB, a Língua de Sinais Brasileira) e a oral (português) – sejam ensinadas e usadas sem que uma interfira/prejudique a outra. Elas se destinariam a situações diferentes.

Em relação ao aprendizado e desenvolvimento da linguagem, Redondo e Carvalho (2000, p. 28) enfatizam que a criança surda adquire sua linguagem ao relacionar a experiência que está vivendo com a verbalização e/ou os sinais que ela

observa em outra pessoa e ainda ao relacionar o que está sendo falado pelo outro com suas próprias experiências, e também ao comunicar seus pensamentos e experiências de forma oral, escrita ou com sinais. Daí a importância da interação entre colegas, professores e familiares.

As autoras Redondo e Carvalho (2000, p.36) também explicitam a importância de algumas condições adequadas para que o processo de inclusão se efetive de forma satisfatória:

Assessoria em relação à língua de sinais, se a criança tiver linguagem oral restrita, e às estratégias adequadas para propiciar o diálogo, na linguagem oral e/ou escrita; Material concreto e visual que sirva de apoio para garantir a assimilação de conceitos novos; contato com professores que tenham vivenciado situações semelhantes. Orientação de professores de educação especial – itinerantes ou de salas de recursos. Podem ser feitas reuniões para trocar experiências, discutir diferentes enfoques do conteúdo e esclarecer dúvidas a respeito dos planos de atuação e de avaliação.

Diante das ideias acima, as autoras nos levam a perceber que a aprendizagem do aluno surdo requer alguns recursos, metodologias e estratégias para que o aluno possa ter condições de se desenvolver. Esses recursos, metodologias e estratégias devem ser de conhecimento dos educadores, junto com outras diretrizes de caráter legislativo que procuram um atendimento cada vez mais adequado para o aluno com deficiência auditiva.

2.3. O Atendimento do aluno com deficiência Auditiva no ensino regular: Legislação e Prática

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), o Atendimento Educacional Especializado para os alunos com deficiência auditiva é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular.

Ainda de acordo com a política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007, p.10) é necessário considerar que:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar,

elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2011, p.40), os desafios presentes na educação inclusiva visam assegurar o real papel da educação para o desenvolvimento integral do aluno, assim como o papel ativo desse aluno, apontando para o novo fazer pedagógico:

A interação torna-se absolutamente necessária, quando se trata por exemplo da educação de surdos, considerando que lhe é facultado efetivar sua educação por meio da língua Portuguesa e da língua Brasileira de Sinais, depois de manifestada a opinião dos pais e sua própria opinião. (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2011, p. 51).

A abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, quais sejam: a Língua de Sinais e a língua da comunidade ouvinte. As experiências escolares, de acordo com essa abordagem, no Brasil, são muito recentes e as propostas pedagógicas nessa linha ainda não estão sistematizadas. Acrescenta-se a essa situação, a existência de trabalhos equivocados, ou seja, baseados em princípios da comunicação total, mas que são divulgados como trabalhos baseados na abordagem por meio do bilinguismo (DAMÁZIO, 2007, p. 20).

O bilingüismo é um dos movimentos da inclusão de alunos com deficiência auditiva nas salas de aula, porque ele tem por base o reconhecimento e a aceitação social, criando assim condições para que diferentes pessoas em diferentes regiões possam criar ou ter oportunidades no convívio social. Para uma educação bilíngue, a escola deve oferecer intérpretes de língua de sinais, educadores surdos ou que possuem a linguagem de sinais e professores ouvintes que sejam usuários da língua de sinais e capacitados para o ensino do português como segunda língua. Precisa também elaborar um currículo que respeite a diferença da surdez, para os surdos identificarem-se com a cultura de sua comunidade e não somente com a cultura dos ouvintes. (PEREIRA, 2009, 24).

Desta forma nota-se que o Bilinguismo é uma abordagem que visa

proporcionar as pessoas com surdez maiores oportunidades de comunicação e interação com os ouvintes. Ao qual visa proporcionar aos alunos a oportunidade de se utilizar de diferentes estratégias para interagir com os outros.

E a comunicação total na concepção de Damázio (2007) considera as características da pessoa com surdez utilizando todo recurso possível para que a comunicação ocorra e o aluno com deficiência auditiva tenha possibilidades de interagir com os demais. Ao qual engloba a linguagem gestual visual, os textos orais, os textos escritos e as interações sociais que caracterizam a comunicação total parecem não possibilitar um desenvolvimento satisfatório e esses alunos continuam segregados, permanecendo agrupados pela deficiência.

O planejamento do Atendimento Educacional Especializado é elaborado e desenvolvido conjuntamente pelos professores que ministram aulas em Libras, professor de classe comum e professor de Língua Portuguesa para pessoas com surdez. O planejamento coletivo inicia-se com a definição do conteúdo curricular, o que implica que os professores pesquisem sobre o assunto a ser ensinado. Em seguida, os professores elaboram o plano de ensino. Eles preparam também os cadernos de estudos do aluno, nos quais os conteúdos são inter-relacionados (DAMÁZIO, 2007, p. 26).

Segundo Damázio (2007, p. 15), a proposta de educação escolar inclusiva é um desafio, e para que seja efetivada faz-se necessário considerar que os alunos com surdez têm direito de acesso ao conhecimento, à acessibilidade, bem como ao Atendimento Educacional Especializado.

Para Damázio (2007), o Atendimento Educacional Especializado com o uso de Libras ensina e enriquece os conteúdos curriculares promovendo a aprendizagem dos alunos com surdez na turma comum. Além disso, o atendimento Educacional Especializado em Libras oferece ao aluno com surdez segurança e motivação para aprender, sendo, portanto, de extrema importância para a inclusão do aluno na classe comum:

Não existe uma metodologia única, específica para a educação de surdos, mas são necessárias adaptações curriculares para atender as especificidades da clientela, seja na escola especial ou na regular. Os educadores devem considerar, além da metodologia, as necessidades específicas dos alunos, com o objetivo de favorecer sua adaptação e sua integração (REDONDO; CARVALHO, 2000, p. 40).

O que se pretende no Atendimento Educacional Especializado é desenvolver a competência gramatical ou linguística, bem como textual, nas pessoas com surdez, para que sejam capazes de gerar sequências linguísticas bem formadas (DAMÁZIO, 2007). Desta forma, nota-se a relevância do Atendimento Educacional Especializado na educação e inclusão dos alunos surdos.

No Atendimento Educacional Especializado além da importância da Libras, é necessário ainda os recursos educacionais adequados neste processo. De acordo com Damázio (2007), a sala de recursos para o Atendimento Educacional Especializado em Língua Portuguesa deverá ser organizada didaticamente, respeitando os seguintes princípios:

- Riqueza de materiais e recursos visuais (imagéticos) para possibilitar a abstração dos significados de elementos mórficos da Língua Portuguesa.
- Ampla acervo textual em Língua Portuguesa, capaz de oferecer ao aluno a pluralidade dos discursos, para que os mesmos possam ter oportunidade de interação com os mais variados tipos de situação de enunciação.
- Dinamismo e criatividade na elaboração de exercícios, os quais devem ser trabalhados em contextos de usos diferentes (DAMÁZIO, 2007, 38-39).

Partindo das questões citadas acima, nota-se a contribuição que a sala de recursos proporciona à aprendizagem do aluno surdo, oportunizando maiores condições para desenvolver suas habilidades. Nela devem existir os materiais e recursos construídos e adaptados às necessidades das crianças com necessidades educacionais especiais.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Analisar e descrever o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva no ensino regular de Cruzeiro do Sul/Acre, destacando as possíveis coerências, incoerências e contribuições desse processo frente à legislação vigente para a Educação Inclusiva e para o atendimento do aluno com deficiência auditiva.

3.2 Objetivos Específicos

- Analisar as estratégias e procedimentos adotados por uma escola de ensino regular de Cruzeiro do Sul/Acre no processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva.
- Analisar as possíveis coerências, incoerências e contribuições dessas estratégias e procedimentos frente à legislação vigente.

4. METODOLOGIA

4.1. Fundamentação Teórica da Metodologia

Para alcançar os resultados esperados, foi realizado um estudo de campo em uma escola de Ensino Fundamental no município de Cruzeiro do Sul/Acre, por meio de um questionário aberto.

O tipo de pesquisa adotada para a realização do presente estudo segundo seus objetivos foi a pesquisa exploratória e descritiva. Segundo Gil (1991), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema/fenômeno estudado com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses sobre o mesmo. A pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; assim como análise de exemplos que estimulem a compreensão do fenômeno. Já segundo Ribas e Fonseca (2008), a pesquisa descritiva tem por objetivo a familiarização com um fenômeno ou descobrir uma nova percepção acerca do mesmo; saber atitudes, pontos de vista e preferências das pessoas. Pode assumir a forma de um estudo exploratório, buscando maiores informações sobre determinado assunto. Dessa forma, será possível interpretar melhor os resultados através dos métodos escolhidos.

Partindo das ideias acima, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa que permitisse apreender o fenômeno em estudo a partir da visão dos envolvidos, neste caso, professores de escola de ensino fundamental de Cruzeiro do Sul/Acre. A abordagem qualitativa trabalha com dados e/ou informações expressas nas palavras orais ou escritas dos participantes, sendo isto fundamental para o presente estudo.

4.2. Contexto da Pesquisa

O local selecionado para a pesquisa foi uma Escola de Ensino Fundamental localizada na Rua Santo Antônio, bairro Miritizal em Cruzeiro do Sul/Acre.

A escola conta com um quadro de funcionários composto por 34 funcionários: 24 professores, 02 coordenadores pedagógico e administrativo, 01 intérpretes, 04 serventes, e 02 merendeiras.

A escola atende cinco (5) alunos em processo de inclusão, sendo que dois (2) desses alunos têm deficiência auditiva.

A escola tem uma estrutura física regular, não foram feitas adaptações físicas para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, no entanto, a escola tem condições para atender alunos com necessidades especiais.

A escola está situada em um terreno plano, com dois pavilhões, calçadas, e salas de aulas arejadas. No entanto não há rampas de acesso às salas para crianças que precisam andar de cadeiras de rodas. A escola é antiga, está precisando de reforma e de maiores adaptações.

Há ainda uma sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado, destinada ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Na sala de recursos há 01 computador, materiais pedagógicos diversos, recursos confeccionados pelos professores de Atendimento Educacional Especializado, e um acervo de jogos pedagógicos dentre outros materiais utilizados no atendimento realizado pelo Professor Educacional Especializado no contraturno.

4.3. Participantes

Participaram da pesquisa sete (7) profissionais que trabalham diretamente com os alunos com deficiência auditiva. Sendo seis (6) professores e um (1) intérprete. Todos os participantes são formados em pedagogia nível superior. Um (1) dos participantes tem especialização em Educação Inclusiva. Os mesmos têm experiência na inclusão de alunos com deficiência auditiva.

4.4. Materiais

Os materiais utilizados na pesquisa foram papel A4, canetas, um computador para a realização do questionário e para sistematizar os dados, e impressora dentre outros.

4.5. Instrumentos de Construção dos Dados

Para a realização da pesquisa foi confeccionado um questionário aberto com um total de 17 questões. As primeiras sete (7) perguntas do questionário são referentes à formação e experiência dos participantes no contexto da educação inclusiva. As outras dez (10) perguntas abrangem a prática pedagógica e o processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva de maneira geral e na escola pesquisada. As questões específicas sobre a prática pedagógica ressaltam aspectos como: as dificuldades e desafios presentes no processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva, o nível de conhecimento dos professores sobre legislação da Educação Inclusiva, materiais e metodologias específicas para o atendimento e inclusão dos referidos alunos, importância da presença do professor intérprete segundo os participantes, e o papel da interação do aluno surdo com os colegas, dentre outros questionamentos.

Além do questionário, foi usado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para coletar a concordância dos sujeitos em relação à participação na pesquisa, uma carta de apresentação e uma carta de aceite institucional para a realização do estudo.

O questionário elaborado para a pesquisa encontra-se na seção de Apêndices e os outros instrumentos encontram-se nos Anexos deste trabalho.

4.6. Procedimentos de Construção dos Dados

O primeiro procedimento da pesquisa foi escolher uma escola ou local de realização segundo os objetivos pautados no projeto de pesquisa inicial. Sendo assim, foi escolhida uma Escola de Ensino Fundamental e Médio, localizada na Rua Santo Antônio, bairro Miritizal em Cruzeiro do Sul/Acre, conforme colocado anteriormente. A escola foi selecionada porque a mesma fica situada em um ponto estratégico e atende alunos com necessidades educacionais especiais, favorecendo a coleta de dados.

Após escolher a escola, houve uma apresentação do estudo para a equipe da escola e possíveis participantes da pesquisa. Também foi apresentada a carta de apresentação, a carta de aceite institucional para a realização do estudo, e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido que foram assinados pelos participantes.

Os procedimentos de coleta de dados foram os seguintes: preenchimento do questionário aberto por parte dos participantes. Após uma visita na escola para entregar os questionários aos participantes, marquei uma data para que os mesmos pudessem resolver as questões. Após agradecer e levei para a análise dos dados.

4.7. Procedimentos de Análise dos Dados

Os dados coletados através dos questionários abertos foram analisados interpretativamente. Em um primeiro momento foi realizada uma análise prévia para o estabelecimento de categorias de análise, considerando os objetivos do estudo, as perguntas do questionário e os pontos em comum nas respostas dos participantes. As diferentes categorias estabelecidas foram analisadas procurando indicadores dos principais aspectos teóricos levantados durante a pesquisa bibliográfica e considerando as questões legislativas para o atendimento dos alunos com deficiência auditiva no contexto do ensino regular.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme colocado no capítulo da metodologia, o instrumento de pesquisa usado para a construção de dados foi um questionário aberto, construído a partir dos objetivos do estudo. Esse questionário foi respondido por 7 educadores e analisado a partir de categorias de análise que consideram os objetivos do estudo, as perguntas específicas do questionário e os aspectos comuns nas respostas dos participantes.

As categorias de análise construídas foram: Categoria 1: Recursos, metodologias e estratégias para a inclusão de alunos com deficiência auditiva; Categoria 2. Desafios na inclusão de crianças com deficiência auditiva; Categoria 3: O professor intérprete e a interação social na inclusão de alunos com deficiência auditiva; Categoria 4: Conhecimentos sobre a legislação vigente para Educação Inclusiva.

Para a realização da análise dos questionários, os participantes foram nomeados com a letra P referente à palavra 'participantes' e um número, ficando da seguinte forma: P1, P2, P3, P4, P5 e P6 e P7. Na Tabela 1: 'Dados dos Participantes da Pesquisa', apresentamos uma síntese de diferentes informações (idade, formação, tempo de experiência na educação e na educação inclusiva) sobre os participantes obtidas através das primeiras questões do questionário aberto.

Identificação	Idade	Formação	Tempo de experiência na Educação	Tempo de experiência na Educação Inclusiva
P1	30 anos	Pós Graduação	5 anos	05
P 2	35	Ensino Superior	3 anos	2 anos
P 3	24	Ensino Superior	3 anos	3 anos
P 4	35	Ensino Superior	12	3 anos
P5	29	Pós Graduação em Educação inclusiva	3 anos	2 anos
P 6	38	Ensino Superior	13 anos	01 ano

P 7	27	Pós Graduação	5 anos	5 anos
-----	----	---------------	--------	--------

Tabela 1: ‘Dados dos Participantes da Pesquisa’

Análise da Categoria 1: Recursos, metodologias e estratégias para a inclusão de alunos com deficiência auditiva

Em relação a esta categoria de análise, a maioria dos participantes (5 de 7) acredita que a utilização de materiais concretos como alfabeto em libras, jogos em libras, imagens, recursos visuais, e filmes dentre outros favorecem a comunicação, desenvolvimento e aprendizado do aluno com deficiência auditiva. Segundo o participante P. 5 “Utilizo materiais concretos, que estimule o visual desse alunos, imagem recursos confeccionados facilitando o maior aprendizados desses alunos”.

De forma geral, a maioria dos participantes reconhece a inclusão de crianças especiais como um direito assegurado por lei e que deve ser garantido pela escola e pelos professores, através do uso de metodologias diversificadas como as sinalizadas no parágrafo anterior. Para os educadores, essas metodologias diversificadas, sobretudo as que usam recursos concretos, estimulam a percepção visual e a comunicação como meios importantes de relação com a realidade e de construção do conhecimento. Sobre esse quesito, o professor P5 ressaltou: *“Utilizo materiais concretos, que estimule o visual desses alunos, imagens, recursos confeccionados, facilitando o maior aprendizado desses alunos”*.

Ainda sobre os recursos, metodologias e estratégias para a inclusão de alunos com deficiência auditiva, a maioria dos participantes considera que os recursos e metodologias sinalizados são eficientes no processo de inclusão dos referidos alunos. Na questão número 10 do questionário aberto (*“Com os recursos e práticas que você adota para ensinar os alunos com os deficientes auditivos você acha que tem conseguido resultados satisfatórios? Por quê?”*), a maioria dos educadores disse que sim, pois através de esses recursos didáticos e com a ajuda do professor intérprete, é possível que os alunos se desenvolvam. P7 argumentou: *“Não é fácil conseguir resultados como esperado, mas com alguns recursos visuais utilizados para relacionar ao conteúdo, mesmo o aluno não sendo alfabetizado ele consegue construir seus conhecimentos fazendo relação com o concreto. Se o aluno domina a libras é alfabetizado e bem mais fácil consegue resultados satisfatórios”*.

De maneira geral, é possível dizer que o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva realizado na escola pesquisa, e conforme descrito pelos participantes do estudo, vem ao encontro do que é pautado, por diversos autores, para esse processo de inclusão. Como colocado na fundamentação teórica, o atendimento dos alunos com deficiência auditiva no ensino regular deve abranger uma riqueza de materiais e recursos visuais (imagéticos) que possibilitem a aprendizagem dos alunos e estimule o seu visual.

Análise da Categoria 2. Desafios na inclusão de crianças com deficiência auditiva

Em relação aos desafios da inclusão de crianças com deficiência auditiva, as respostas dos professores englobam: a falta de conhecimento da língua de sinais que prejudica a inclusão do surdo, já que muitos professores e colegas evitam uma aproximação com o aluno surdo por não saber se comunicar com o mesmo; a aceitação da Libras; a falta de recursos pedagógicos; a falta de profissionais da área com qualificação; a falta de formações para os professores regentes; e a falta de conhecimentos das limitações do deficiente auditivo, dentre outros. Seguem algumas das respostas dos participantes a modo de ilustração:

P1: *“A falta de conhecimento da língua de sinais prejudica a inclusão do surdo, já que muitos professores e colegas –evitam uma aproximação (com o surdo) por não saber se comunicar com o mesmo”.*

P5 *“uma das dificuldades refere-se à falta de domínio da língua brasileiras de sinais; a ausência de recursos pedagógicos, e principalmente uma formação contida do professor que não existe ao qual forneceria maiores conhecimentos. Para que os professores pudessem contribuir com um maior aprendizado do aluno surdo”.*

Nota-se que são grandes os desafios enfrentados pelos professores na inclusão de crianças com deficiência auditiva e que esses desafios estão relacionados com o que é pautado e esperado a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007). Sendo assim, é preciso um maior comprometimento da escola como um todo, e políticas públicas que possam favorecer este processo.

Análise da Categoria 3: O professor intérprete e a interação social na inclusão de alunos com deficiência auditiva

Sobre esse aspecto, os professores citaram que na escola pesquisada há uma boa interação entre os alunos com deficiência auditiva e os demais alunos, e argumentaram a importância do papel do intérprete enquanto elo de comunicação entre surdos e ouvintes.

Alguns participantes como P5 especificaram que a falta de domínio da Libras é uma questão que pode implicar na interação e comunicação entre as crianças surdas e ouvintes, pois os ouvintes não dominam a Língua Brasileira de Sinais. Até o próprio professor, às vezes, sente esta dificuldade. Para P5, *“pela falta de domínio da Libras pelos alunos ouvintes que dificulta um pouco a comunicação”*.

Ao questionar-se os professores intérpretes sobre a necessidade de sua presença no contexto educativo, todos atribuíram grande relevância a seu trabalho. Os professores e intérpretes se consideram profissionais essenciais que favorecem a interpretação e a comunicação entre surdos e ouvintes e vice-versa, utilizando a Língua de Sinais. Seguem as respostas dos professores intérpretes a modo de ilustração:

P.5 *“Sim. o professor intérprete é essencial na aprendizagem do deficiente auditivo, pois ele auxiliará o professor ao ensino do aluno, além do intérprete ser o profissional capacitado para ensinar Libras e favorecer a comunicação entre os alunos surdos e ouvintes”*.

P.3 *“Sim porque o intérprete é o canal de comunicação entre o surdo e o ambiente escolar por ter domínio da libras e ajuda o surdo a compreender o que está sendo ensinado. Ajuda a eliminar barreiras que lhe impede ter acesso ao conhecimento escolar”*.

Conforme colocado na Fundamentação Teórica, a abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, que se constituem espaços ricos em experiências formativas. Uma vez que os alunos ouvintes não têm conhecimento da Libras a possibilidade de comunicação entre alunos surdos e ouvintes, com a

mediação do professor intérprete, amplia as possibilidades de interações sociais que podem ser fundamentais para a aprendizagem e desenvolvimento.

Análise da Categoria 4: Conhecimentos sobre a legislação vigente para Educação Inclusiva.

Todos os participantes ressaltaram o direito da criança garantido em Lei de ser incluída na escola regular. Alguns participantes citaram a garantia do direito do professor intérprete. Em relação a isso, P7 ressaltou: *“A lei diz que o aluno tem que ser inserido no ensino regular e que a escola deve oferecer um atendimento educacional especializado. Também tem a lei 10432\2002 que reconhece a libras como língua. O decreto que também garante o intérprete nas escolas e em outros lugares”*.

Ainda sobre a legislação, realizei o seguinte questionamento: “Você acredita que suas práticas pedagógicas estão de acordo com o que é pautado nas diretrizes e legislações para o trabalho com aluno com deficiência auditiva? Por quê?” 6 de 7 professores responderam que sim. Alguns argumentaram que trabalham com a língua portuguesa e a língua de sinais. Outros participantes como P1 e P 5 ressaltaram que buscam o apoio do professor de Atendimento Educacional Especializado para favorecer a melhor aprendizagem do aluno surdo. De acordo com o professor P3 *“As leis servem de apoio para a prática pedagógica dentro da sala de aula”*.

Nota-se a contribuição do conhecimento sobre a legislação ao trabalho pedagógico, principalmente na educação inclusiva.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi explicitado ao longo do texto, este trabalho de conclusão de curso visou identificar como se dá a inclusão de alunos surdos em uma escola do Ensino Fundamental em Cruzeiro do Sul, assim como identificar desafios e avanços nesse processo de inclusão.

De forma geral e a partir dos resultados apresentados é possível dizer que os objetivos foram alcançados, identificando as estratégias e procedimentos adotados na escola investigada na inclusão de alunos com deficiência auditiva. Também foi possível analisar as possíveis coerências, incoerências e contribuições dessas estratégias e procedimentos frente à legislação vigente.

Nota-se que os professores participantes têm determinado nível de conhecimento da legislação referente à inclusão de crianças especiais com necessidades educacionais especiais, sendo que reconhecem a importância da Libras na educação de crianças surdas, o que é um aspecto positivo. Além disso, foi possível perceber que os professores atribuem grande importância ao professor intérprete, na educação e comunicação do aluno surdo.

Como vimos ao longo deste trabalho, os participantes apresentaram vários desafios na inclusão de crianças surdas, tais como: falta de domínio da Libras pelo professor regente, desconhecimento da libras por parte dos alunos ouvintes, falta de recursos pedagógicos adequados; falta de formações continuadas aos professores, dentre outros.

Sendo assim, acreditamos que este estudo traz contribuições relevantes aos professores e a sociedade em geral favorecendo uma reflexão mais efetiva sobre a importância da educação inclusiva de crianças com deficiência auditiva a partir da visão de professores que trabalham diretamente no seu processo de inclusão.

Este estudo é indicado a professores, pesquisadoras, e a todos que tenham interesse em compreender melhor a inclusão das crianças com deficiência auditiva e suas especificidades, servindo como ponto de partida a outras pesquisas e estudos sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

BRASIL Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL, A resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009 Decretos nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamento a Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

Acesso em: 12/10/2015.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 18/10/2015.

CARVALHO, J. M; REDONDO, M. C. F. Caderno da TV Escola: Deficiência Auditiva. Brasília, 2001.

BRASÍLIA, Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL, MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 21/10/2015

DAMÁZIO, Milene Ferreira Macedo. Fascículos e coleções: A escola comum Inclusiva, da coleção Educação Especial do ministério da Educação, O atendimento Educacional Especializado pessoa com surdez, (2007). Marcos Políticos legal da Educação Inclusiva (2010); Inclusão Escola de Maria Tereza Engler Montoan e Rosângela go viole Prieto (2006).

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LACERDA, Cristina B.F. de. O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: Letramento e Minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

RIBAS, Cíntia Cargnin Cavalheiro. FONSECA, Regina Célia Veiga da. Manual de metodologia OPET. Curitiba, 2008.

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca Deficiência auditiva-/ Maria Cristina da Fonseca Redondo, Josefina Martins Carvalho. – Brasília : MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000

SÁ, Nídia R. L. Educação de Surdos: a caminho do bilingüismo. Niterói: EduFF, 1999. p. 47.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário Aberto

1. Nome _____
2. Sexo _____
3. Idade _____
4. Grau de Instrução _____
5. Formação? _____
6. Experiência de trabalho com alunos com deficiência? _____
7. Tempo na Profissão? _____

Questionário sobre a prática pedagógica

1. Que ações pedagógicas você considera importantes para a inclusão de alunos com deficiência auditiva? Por quê? _____

2. Descreva as principais dificuldades presentes no trabalho com alunos com deficiência auditiva: _____

3. Que conhecimentos você tem em relação a legislação vigente para a Educação Inclusiva e para o atendimento do aluno com deficiência auditiva._____

4. Você acredita que suas práticas pedagógicas estão de acordo com o que é pautado nas diretrizes e legislações para o trabalho com o aluno com deficiência auditiva? Por quê?_____

5. Quais materiais você utiliza na educação de crianças com deficiência auditiva? Por quê?_____

6. Você considera necessário a presença de um professor interprete no processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência auditiva? Por quê?_____

7. Como é a interação do aluno com deficiência auditiva com os demais alunos ouvintes na sala de aula?_____

8. Como se dá o processo de avaliação dos alunos com deficiência auditiva?_____

9. O que você pensa sobre o processo de inclusão de crianças surdas no ensino regular?_____

10. Com os recursos e práticas que você adota para ensinar alunos deficientes auditivos você acha que tem conseguido resultados satisfatórios? Por quê?

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

ANEXO A- Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que

está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador (a) do Polo ou Professor (a)-Tutor (a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO B – CARTA DE ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

ANEXO B - Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa
 _____,
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____,
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas,*
observações e filmagens etc) do atendimento _____ (*local na*
instituição a ser pesquisado) com _____ (*participantes da pesquisa*). A
 pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e
 término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela*
instituição), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da*
instituição onde os dados serão coletados), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar
 dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal
 segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a) Professor (a),

Sou orientando (a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____.
(*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*).

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____(*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o (a) pesquisador (a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor (a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail (opcional): _____